

A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA GEOGRAFIA SOB UM OLHAR DECOLONIAL

DE JESUS, Thainá Santos¹

RESUMO: A educação brasileira tem enfrentado desafios históricos relacionados à perpetuação do racismo estrutural e à negligência em relação às culturas afro-brasileira e indígena. Este trabalho busca analisar como a Geografia, enquanto disciplina obrigatória na Educação Básica pode contribuir para uma educação antirracista a partir de uma perspectiva decolonial, valorizando epistemologias do Sul e promovendo o respeito às diferenças. Baseando-se em uma revisão de literatura, foram analisadas contribuições de autores como Quijano, Mignolo, Nelson Maldonado-Torres, Milton Santos e Munanga, que discutem colonialidade e práticas pedagógicas transformadoras. A pesquisa evidencia que, embora a Lei 10.639/2003 represente um marco na luta contra o racismo nas escolas, sua implementação ainda enfrenta barreiras significativas. A Geografia, com suas múltiplas abordagens, oferece um campo fértil para discutir questões étnico-raciais, abordando temas como a territorialidade afrodescendente, a história da África e a valorização de culturas subalternizadas. A adoção de práticas pedagógicas críticas e inclusivas é essencial para a desconstrução do eurocentrismo e a promoção de uma educação mais justa e plural.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade; Educação Antirracista; Geografia crítica.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, temas como interseccionalidade, gênero e raça têm ganhado relevância no campo educacional, evidenciando a necessidade de incorporá-los desde o Ensino Superior até a Educação Básica. No contexto da Geografia, tais discussões são fundamentais, considerando o histórico dessa ciência na consolidação do eurocentrismo e das práticas coloniais, especialmente por meio da cartografia.

Embora a Geografia tenha avançado em suas abordagens críticas, seu papel no reforço de desigualdades históricas não pode ser ignorado. Como observa Maldonado-Torres (2023), o pensamento decolonial exige um engajamento crítico

¹Graduada em Licenciatura em Geografia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), UESB, *Campus* Vitória da Conquista BA, thainasantosdejesus96@gmail.com

com as bases epistemológicas das ciências sociais e humanas, tradicionalmente estruturadas pela modernidade eurocêntrica.

A educação antirracista, por sua vez, apresenta-se como uma forma de desconstruir narrativas coloniais, promovendo a equidade e o respeito às diferenças. Neste contexto, este trabalho explora como a Geografia pode contribuir para a construção de uma educação antirracista, destacando o potencial transformador da disciplina na luta contra o racismo estrutural.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira a Geografia, enquanto disciplina obrigatória na Educação Básica, pode contribuir para a construção de uma educação antirracista. Para isso, fundamenta-se em uma perspectiva decolonial, enfatizando o potencial transformador da Geografia no combate ao racismo estrutural e na valorização da diversidade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa por meio de revisão de literatura, com foco em produções acadêmicas que tratam da decolonialidade e da educação antirracista. O objetivo é articular conceitos centrais dessas perspectivas para compreender como a Geografia pode contribuir na construção de uma educação crítica e emancipatória. Foram selecionados autores de referência, como Quijano, Mignolo, Maldonado-Torres, Milton Santos e Kabengele Munanga, considerando a relevância de suas obras no campo das Ciências Sociais e da Geografia Crítica. A seleção do material bibliográfico baseou-se em critérios como impacto acadêmico, diálogo com o ensino de Geografia e aplicabilidade na prática educacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A perspectiva decolonial crítica ao eurocentrismo evidencia como as colonialidades do poder, do ser e do saber continuam a influenciar diversas esferas da sociedade, mesmo após o fim do colonialismo formal. Segundo Torres (2023):

Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior

parte do mundo desde a 'descoberta'; a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais (Torres, 2023, p. 35-36).

No Brasil, a colonialidade deslegitimou conhecimentos e culturas africanas e indígenas, perpetuando desigualdades estruturais. O racismo estrutural se manifesta, particularmente, na educação, tornando o espaço escolar tanto um reflexo quanto um campo de resistência a essas dinâmicas. Apesar da implementação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, muitos currículos ainda reproduzem narrativas eurocêntricas que invisibilizam a diversidade racial do país.

Desde a colonização, o descaso, o preconceito e as práticas de racismo permeiam a sociedade brasileira. Nesse contexto, a educação surge como ferramenta essencial para formar cidadãos conscientes da verdadeira história. A questão que se impõe é: como está sendo contada a história de formação étnico-racial da população brasileira nos currículos da Educação Básica? Chimamanda Ngozi Adichie (2019) reflete: É assim que se cria uma história única: mostre ao povo uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna.

As vulnerabilidades vivenciadas pela população negra são heranças da história criminosa da escravidão. Atualmente, essa população vive e sobrevive pagando a conta dos antepassados que não escolheram esse caminho de perversidade, atrocidades e acúmulos de desvantagens (Madeira e Gomes, 2018, p. 467).

Nesse cenário, as práticas pedagógicas antirracistas tornam-se fundamentais. Como aponta Bárbara Carine (2023) compreendo como práticas antirracistas aquelas voltadas para a denúncia do racismo no sentido maior de sua reversão/destruição. Assim, a educação deve ir além da simples conscientização, engajando-se ativamente na reversão das estruturas racistas que ainda perpassam as instituições educacionais.

A Geografia, como ciência social, tem o potencial de desmistificar essas narrativas únicas e promover uma educação antirracista e decolonial. Souza e Santos (2020) destacam que práticas pedagógicas voltadas à valorização das diferenças podem contribuir para a superação de desigualdades raciais e sociais:

A Geografia tem em seu papel enquanto ciência social atentar às realidades sociais e, ao analisar esta realidade, permitir o entendimento sobre justiça social, que equivale, entre outros aspectos, à promoção de direitos sociais e políticos aos grupos sociais invisibilizados e inferiorizados (Souza e Santos, 2020, p. 284).

Dessa forma, a disciplina pode abordar questões étnico-raciais nas aulas sobre população, urbanização e geografia do continente africano, entre outras. Assim, contribui para que a educação seja transformadora, promovendo o respeito às diferenças e valorizando a diversidade cultural e histórica do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de avanços importantes, o racismo estrutural permanece como uma barreira significativa para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva no Brasil. A Geografia, enquanto disciplina escolar, possui o potencial de contribuir para a desconstrução de narrativas coloniais e a valorização de epistemologias do Sul, promovendo a equidade racial e cultural.

A implementação da Lei 10.639/2003 e a ampliação de currículos que contemplem a diversidade étnico-racial são passos fundamentais para combater as desigualdades no ambiente escolar. Por meio de práticas pedagógicas críticas e inclusivas, a Geografia pode desempenhar um papel central na formação de cidadãos conscientes, capazes de compreender e respeitar a pluralidade que compõe o território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. Companhia das letras. p.12, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2023.

BRASIL. **História e Cultura Afro-Brasileira**. Lei Federal nº 10.639/2003.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm.
Acesso em: 03 dez. 2024.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. DE O. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo**. Serviço Social & Sociedade, n. 133, p. 467, set. 2018.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e

Diversidade, p. 17-18, 2005. PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**: Para familiares e professores. Planeta, 2023.

SOUZA, L. F. de; DA CONCEIÇÃO REIS SANTOS, C. A geografia escolar e o ensino das relações étnico-raciais: apontamentos a partir do Currículo referência do estado de Goiás. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 273– 291, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/865>. Acesso em 05 de dezembro de 2024.